



# CONCURSO PÚBLICO 2010

Universidade Federal de Santa Maria

**AUDITOR**

**NOME:**

**INSCRIÇÃO:**



**PRRH**  
Pró-Reitoria de Recursos Humanos

**PROGRAD**  
UFSM

**COPERVES**  
UFSM

01

Considere o que se afirma sobre os papéis de trabalho.

- I - Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros, corretos e elaborados de forma sistemática e racional.
- II - Os papéis de trabalho devem evidenciar apenas obediência às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- III - Nos papéis de trabalho, devem ser incluídos todos os dados, mesmo os irrelevantes.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas I e III.
- C) apenas I e IV.
- D) apenas II e III.
- E) apenas II e IV.

02

Os princípios de ética profissional relevantes para o auditor quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis estão implícitos no Código de Ética Profissional do Contabilista e na NBC PA 01, que trata do controle de qualidade. Esses princípios são:

- A) Integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional.
- B) Integridade, subjetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional.
- C) Integridade, objetividade, competência e zelo profissional, conhecimento e comportamento profissional.
- D) Integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e parcialidade.
- E) Integridade, dependência, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional.

03

A Norma Brasileira de Contabilidade denominada Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis trata do parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis. Quais são os pareceres possíveis segundo essa norma?

- A) Parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer adverso e parecer nulo
- B) Parecer sem ressalva, parecer nulo, parecer adverso, parecer negativo
- C) Parecer negativo, parecer positivo, parecer nulo e parecer com abstenção de opinião
- D) Parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer adverso e parecer com abstenção de opinião
- E) Parecer com ressalva, parecer negativo, parecer positivo e parecer com abstenção de opinião

04

Considere o que se afirma sobre técnicas de auditoria.

- I - O procedimento de auditoria de comportamento de valores significativos com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas denomina-se revisão analítica.
- II - Os bens registrados no ativo intangível não podem ser objeto de inspeção física nem documental.
- III - O procedimento técnico de cálculo consiste na conferência aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações financeiras.
- IV - O procedimento de contagem física dos estoques é de responsabilidade do auditor.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas IV.
- B) apenas I e II.
- C) apenas I e III.
- D) apenas II e IV.
- E) apenas I, II e III.

05

O pedido de confirmação externa no qual o auditor solicita uma resposta da fonte externa visando à confirmação de informações denomina-se

- A) pedido de confirmação negativo.
- B) pedido de confirmação em branco.
- C) pedido de confirmação em preto.
- D) pedido de confirmação com divergência.
- E) pedido de confirmação positivo.

06

As entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal compreendem as entidades dotadas de personalidade jurídica própria. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma

- A) fundação pública.
- B) autarquia.
- C) empresa pública.
- D) sociedade de economia mista.
- E) entidade paraestatal.

07

Benta é a tesoureira da empresa Gama Ltda. e, por problemas pessoais, apoderou-se de um cheque que acabara de receber de um cliente, depositando-o em sua conta corrente particular. Apagou qualquer vestígio da entrada do cheque na tesouraria e procurou o Sr. João, contador da empresa, relatando o que fizera e pedindo-lhe que não divulgasse a informação até que ela repusesse o dinheiro. Mesmo compadecido da amiga, o contador deverá agir conforme a prática contábil adequada à situação, que é a de

- A) registrar no diário o lançamento a débito de Adiantamento a Funcionários e a crédito de Duplicatas a Receber.
- B) lançar provisoriamente o valor como débito de Valores a Classificar e crédito de Cheques em Trânsito, dando à colega o tempo necessário para repor o dinheiro.
- C) debitar o valor correspondente ao cheque na rubrica débito de Caixa e crédito de Duplicatas a Receber em nome da tesouraria.
- D) debitar o valor correspondente ao cheque na rubrica débito de Duplicatas a Receber e crédito de Caixa.
- E) lançar a credito da conta de Adiantamentos a Funcionários e a debito da conta de Duplicatas a Receber.

08

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade que trata do Registro Contábil da entidade do setor público, deve-se manter sistema de informação contábil refletido em plano de contas que contemple as indicações abaixo, EXCETO

- A) a utilização somente do método das partidas dobradas em todos os registros dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público, de acordo com sua natureza orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação nos respectivos subsistemas contábeis.
- B) a função e funcionamento atribuídos a cada uma das contas.
- C) contas específicas que possibilitam a apuração de custos.
- D) a terminologia somente das contas patrimoniais e sua adequada codificação, bem como a identificação do subsistema a que pertence, a natureza e o grau de desdobramento, possibilitando os registros de valores e a integração dos subsistemas.
- E) tabela de codificação de registros que identifique o tipo de transação, as contas envolvidas, a movimentação a débito e a crédito e os subsistemas utilizados.

09

Os controles internos devem ser:

- A) Obrigatórios, administrativos e úteis.
- B) Úteis, práticos e econômicos.
- C) Financeiros, administrativos e contábeis.
- D) Contábeis, úteis e econômicos.
- E) Econômicos, obrigatórios e administrativos.

10

A auditoria do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal é classificada em:

- A) Interna, de controle interno, de avaliação da gestão, independente e de acompanhamento da gestão e especial.
- B) Contábil, operacional, de avaliação da gestão, de acompanhamento da gestão e especial.
- C) Especial, operacional, de desempenho, de processos e de acompanhamento da gestão.
- D) Contábil, de processo, de gestão, de acompanhamento da gestão e operacional.
- E) Operacional, especial, de avaliação da gestão e de mensuração.

11

As auditorias do sistema de controle interno do poder executivo federal serão executadas das seguintes formas:

- A) Direta, indireta e por amostragem.
- B) Indireta, por amostragem e operacional.
- C) Direta, por amostragem e simplificada.
- D) Simplificada, operacional e especial.
- E) Direta, indireta e simplificada.

12

A Norma Brasileira de Contabilidade denominada Papéis de Trabalho e Documentação da Auditoria determina que a guarda dos papéis de trabalho pelo auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve ser mantida, a partir da data de emissão de seu parecer, pelo prazo de

- A) 3 (três) anos.
- B) 10 (dez) anos.
- C) 5 (cinco) anos.
- D) 2 (dois) anos.
- E) 1 (um) ano.

13

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), uma autarquia federal, é o órgão que regulamenta a profissão contábil. Segundo o CFC, os Princípios de Contabilidade são os seguintes:

- (A) Da Entidade, Da Continuidade, Da Oportunidade, Do Registro pelo Valor Original, Da Prevenção, Da Competência e Da Prudência.
- (B) Da Entidade, Da Documentação, Da Oportunidade, Do Registro pelo Valor Original, Da Competência e Da Prudência.
- (C) Da Documentação, Da Continuidade, Da Oportunidade, Do Registro pelo Valor Original, Da Competência e Da Prudência.
- (D) Da Entidade, Da Continuidade, Dos Sistemas Integrados, Do Registro pelo Valor Original, Da Competência e Da Prudência.
- (E) Da Entidade, Da Continuidade, Da Oportunidade, Do Registro pelo Valor Original, Da Competência e Da Prudência.

14

As técnicas de auditoria proporcionam maiores ou menores resultados, dependendo da época de sua realização. A perspicácia é um fator imprescindível para a aplicação das técnicas em momentos oportunos. Entre as técnicas mais utilizadas, destacam-se, além do exame físico, o(a)

- (A) circularização, lançamentos, conferência de cálculos, exame da escrituração, investigação minuciosa, inquérito, exame dos registros auxiliares, amostragem e observação.
- (B) exame dos documentos originais, conferência de cálculos, exame da escrituração, investigação minuciosa, exame dos registros auxiliares, amostragem, observação e reunião com a diretoria.
- (C) circularização, exame dos documentos originais, conferência de cálculos, exame da escrituração, investigação minuciosa, inquérito, exame dos registros auxiliares, amostragem e observação.
- (D) circularização, conferência de cálculos, exame da escrituração, investigação minuciosa, inquérito, reunião com o conselho fiscal, exame dos registros auxiliares e observação.
- (E) exame dos documentos originais, conferência de cálculos, exame da escrituração, investigação minuciosa, reunião com o conselho diretor, inquérito, exame dos registros auxiliares, amostragem e observação.

15

Na avaliação do sistema contábil e de controles internos, o auditor deve considerar

- (A) o ambiente de controle existente na entidade e os procedimentos de controle adotados pela administração.
- (B) a estrutura do sistema contábil, financeiro e operacional adotados pela administração e a eficácia dos controles internos existentes.
- (C) o tamanho, a estrutura e a complexidade das atividades da entidade.
- (D) a estrutura funcional e operacional da entidade e a eficiência dos controles internos mantidos por sua administração.
- (E) a aderência à estrutura conceitual básica de contabilidade, a eficácia e a eficiência dos procedimentos adotados.

16

O auditor, em determinada empresa, tinha conhecimento do saldo anterior de caixa confirmado pela última auditoria e desejava saber qual o montante do desfalque de um tesoureiro. Para isso, contava com os saldos apresentados a seguir.

Saldo em caixa na última auditoria: 135.000,00

Documentos de saídas de dinheiro, após a última auditoria: 85.000,00

Documentos de entrada de dinheiro, após a última auditoria: 139.000,00

Dinheiro encontrado em caixa, por ocasião do exame: 46.000,00

Com base nos dados acima, o montante do desfalque é de

- (A) 133.000,00.
- (B) 143.000,00.
- (C) 153.000,00.
- (D) 163.000,00.
- (E) 180.000,00.

17

Os fatores que contribuem para a ocorrência das fraudes nas instituições públicas e privadas são:

- (A) Falta de integridade moral, fraqueza e controle.
- (B) Fraqueza, pressões circunstanciais e controle.
- (C) Pressões circunstanciais, oportunidade e controle.
- (D) Falta de integridade moral, pressões circunstanciais e oportunidade.
- (E) Oportunidade, fraqueza e integridade moral.

18

O Sr. Anacleto dos Anjos decidiu constituir uma Sociedade Ltda., tendo como sócia a sua esposa. Antes, porém, solicitou orientação de uma empresa de consultoria a respeito dos aspectos da legislação contábil e fiscal. O seu patrimônio acumulado está assim distribuído:

( 1 ) Dois automóveis avaliados em	218.000,00
( 2 ) Um apartamento de 2 dormitórios avaliados em	365.000,00
( 3 ) Uma chácara avaliada em	312.000,00
( 4 ) Depósitos em vários bancos	143.000,00
( 5 ) Ações do Banco do Brasil S/A	119.000,00
( 6 ) Um prédio com 3 andares avaliado em	436.000,00
( 7 ) Moeda estrangeira convertida em moeda corrente nacional	215.000,00

Assinale a alternativa que apresentada a orientação CORRETA a ser dada pela empresa de consultoria.

- (A) A integralização do Capital Social da empresa poderá ser feita com todos os bens, inclusive a moeda estrangeira, porém haverá a necessidade inarredável de essa moeda ser cotada em reais, ao câmbio oficial do dia estipulado, e o valor apurado em moeda nacional figurará no contrato social.
- (B) A integralização do Capital Social da empresa somente poderá ser feita com moeda corrente nacional ( depósito em vários bancos – item 4) e com os bens imóveis descritos nos itens 2 e 6.
- (C) A integralização do Capital Social da empresa poderá ser feita com todos os bens imóveis e em moeda corrente nacional e estrangeira relacionados.
- (D) A integralização do Capital Social da empresa não poderá ser feita com as ações do Banco do Brasil S/A (item 5), por serem consideradas bens intangíveis.  
A integralização do Capital Social da empresa poderá ser feita com todos os bens móveis e imóveis relacionados, porém a conferência necessita de escritura pública da transferência dos bens móveis e imóveis à sociedade, quando integrar quota social.
- (E) A integralização do Capital Social da empresa poderá ser feita com todos os bens móveis e imóveis relacionados, porém a conferência necessita de escritura pública da transferência dos bens móveis e imóveis à sociedade, quando integrar quota social.

19

A Norma Brasileira de Contabilidade denominada Da Auditoria Interna define fraude na auditoria interna como

- (A) o ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (B) o ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (C) o ato não intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (D) o ato intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, considerando as faltas físicas e não considerando as faltas monetárias.
- (E) o ato intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, não considerando as faltas físicas, somente as monetárias.

20

No procedimento de revisão analítica, o auditor deve considerar

- (A) a facilidade das informações.
- (B) a disponibilidade das informações.
- (C) a materialidade das informações.
- (D) a individualidade das informações.
- (E) a irrelevância das informações.

21

A administração indireta compreende os serviços de interesse público deslocados do Estado para uma entidade por ele criada ou autorizada, sendo formada por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Dessa modalidade de administração fazem parte a(s)

- (A) autarquias, empresas públicas, sociedades civis e fundações.
- (B) autarquias, sociedade empresária, sociedade de economia mista e fundações.
- (C) autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações.
- (D) sociedade anônima, sociedade de economia mista e empresas públicas.
- (E) autarquias, empresas privadas, empresas públicas e fundações.

22

O auditor independente, ao planejar seu trabalho, deve possuir adequado nível de conhecimento do ramo de atividade, negócios e práticas operacionais da entidade a auditar. Os fatores relevantes que o planejamento deve considerar na execução dos trabalhos de auditoria incluem

- (A) o conhecimento detalhado do sistema contábil, dos controles internos da entidade e de seu grau de confiabilidade.
- (B) nível de qualidade da matéria-prima, do pessoal e dos produtos finais da entidade.
- (C) a natureza, a profundidade e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- (D) os investimentos que a entidade está planejando fazer e as fontes de recursos para financiá-los.
- (E) o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, de especialistas e de auditores internos.

23

A metodologia GAP é utilizada na auditoria integral e tem como técnicas:

- (A) Revisão horizontal, confirmação horizontal, revisão vertical, reuniões de análise, reuniões de diretoria, responsabilidade conjunta e conclusão.
- (B) Revisão horizontal, confirmação horizontal, revisão vertical, reuniões de análise, reuniões de diretoria e responsabilidade conjunta.
- (C) Revisão vertical, confirmação vertical, reuniões de análise, reuniões de avaliação e conclusão.
- (D) Revisão horizontal, confirmação horizontal, reuniões de análise, reuniões de avaliação e responsabilidade conjunta.
- (E) Revisão horizontal, confirmação horizontal, revisão vertical, reuniões de diretoria, reuniões de avaliação e conclusão.

24

O auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, portanto não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido à fraude ou erro. Isso ocorre porque uma auditoria tem limitações inerentes e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria que propiciam ao auditor obter suas conclusões e nas quais baseia a sua opinião são persuasivas, ao invés de conclusivas. As limitações inerentes de uma auditoria estão relacionadas com a

- I – natureza das informações contábeis.
- II – natureza dos procedimentos de auditoria.
- III – necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo razoável e a um custo razoável.

Está(ão) correta(s)

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas III.
- (D) apenas I e II.
- (E) I, II e III.

25

Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade que regulamenta as Transações no Setor Público, analise as afirmativas sobre as variações patrimoniais.

- I - As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado.
- II - Variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
- III - As variações patrimoniais que afetam o patrimônio líquido não devem manter correlação com as respectivas contas patrimoniais.
- IV - Variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Estão corretas

- A) apenas I e IV.
- B) apenas II e III.
- C) apenas III e IV.
- D) apenas I, II e III.
- E) apenas I, II e IV.

26

Os exames efetuados pelo auditor são realizados com base em testes selecionados por meio de amostragens. A amostragem probabilística que pressupõe a disposição dos itens de uma população em subgrupos heterogêneos representativos da população global é do tipo

- A) amostragem por conglomerado.
- B) amostragem por julgamento.
- C) amostragem sistemática.
- D) amostragem aleatória.
- E) amostragem estratificada.

27

Assinale verdadeiro (V) ou falso (F) em cada afirmativa sobre a proteção que a auditoria oferece à riqueza patrimonial.

- ( ) Economicidade é o grau em que uma organização, programa, processo, projeto, operação, atividade, função ou sistema minimiza o custo dos recursos humanos, financeiros e materiais adquiridos ou utilizados, levando em conta a quantidade e qualidade apropriadas.
- ( ) Eficiência é a relação entre produtos, bens e serviços produzidos ou entre resultados atingidos por uma unidade ou entidade econômica, consideradas a quantidade e a qualidade apropriadas e os recursos utilizados para produzi-los ou atingi-los. Nesse contexto, procuram-se menor custo, maior velocidade e melhor qualidade.
- ( ) Eficácia é o grau de uma organização, programa, processo, projeto, operação, atividade, função ou sistema que atinge os objetivos da política, as metas operativas estabelecidas e os resultados e efeitos previstos.

A sequência correta é

- A) V - V - V.
- B) F - F - F.
- C) V - F - V.
- D) V - V - F.
- E) F - V - V.

28

A empresa Beta Ltda. resolveu reduzir em 30% seu quadro de pessoal, que era de 800 funcionários. Os colaboradores demitidos entraram com uma ação conjunta na Justiça do Trabalho, cujo resultado, se desfavorável para a empresa, poderá afetar significativamente sua situação econômico-financeira. Num parágrafo específico de seu parecer, o auditor fará referência a essa situação de incerteza. Como se denomina esse parágrafo?

- A) Esclarecimento
- B) Extensão
- C) Ênfase
- D) Relevância
- E) Explicação

29

A Lei 8.666/93 estabelece as modalidades de licitação, que são:

- A) Convite, tomada de preços, cotação de preços e leilão.
- B) Consulta, tomada de preços, concurso, concorrência e leilão.
- C) Convite, tomada de preços, concorrência, carta e pregão.
- D) Convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão.
- E) Convite, carta, tomada de preços, concurso, leilão e pregão.

30

O ingresso de materiais permanentes e equipamentos, no sistema de administração de patrimônio das Instituições Federais de Ensino Superior, além das formas de compra e doação, ocorrerá pelas demais formas legais, a saber:

- A) por fabricação própria, por comodato e por permuta.
- B) por cessão, por fabricação própria, por comodato e por permuta.
- C) por comodato, por permuta e por desapropriação.
- D) por cessão, por permuta e por desapropriação.
- E) por cessão, por fabricação própria e por usucapião.

Marque a alternativa CORRETA acerca dos testes realizados pelos auditores nas conciliações bancárias.

(A) Em 30/12/2009, o banco debitou 70,00 na conta corrente da empresa referentes ao depósito de um cheque sem fundo de cliente. A empresa só registrou a devolução do cheque depositado em 05/01/2010. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31/12/2009 seria apresentada da seguinte forma:

	Extrato	Razão Analítico
Saldos em 31/12/2009	2.830,00	2.900,00
Cheque cliente – devolvido sem fundo	70,00	
Saldos Ajustados	2.900,00	2.900,00

(B) Em 30/12/2009, o banco debitou 35,00 na conta corrente da empresa referentes ao depósito de um cheque sem fundo de cliente. A empresa só registrou a devolução do cheque depositado em 05/01/2010. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31/12/2009 seria apresentada da seguinte forma:

	Extrato	Razão Analítico
Saldos em 31/12/2009	1.792,00	1.827,00
Cheque cliente – devolvido sem fundo		( 35,00)
Saldos Ajustados	1.792,00	1.792,00

(C) Em 30/12/2009, o banco recebeu 220,00 referentes a duplicatas de clientes e creditou esse valor na conta corrente da empresa, que registrou a transação em 05/01/2010. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31/12/2009 seria apresentada da seguinte forma:

	Extrato	Razão Analítico
Saldos em 31/12/2009	2.570,00	2.790,00
Recebimento de Duplicatas não contabilizadas	( 220,00)	
Saldos Ajustados	2.790,00	2.790,00

(D) Em 30/12/2009, o banco recebeu 310,00 referentes a duplicatas de clientes e creditou esse valor na conta corrente da empresa, que registrou a transação em 05/01/2010. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31/12/2009 seria apresentada da seguinte forma:

	Extrato	Razão Analítico
Saldos em 31/12/2009	3.950,00	3.950,00
Recebimento de Duplicatas não contabilizadas	(310,00)	(310,00)
Saldos Ajustados	3.640,00	3.640,00

(E) Em 30/12/2009, o banco recebeu 120,00 referentes a duplicatas de clientes e creditou esse valor na conta corrente da empresa, que registrou a transação em 05/01/2010. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31/12/2009 seria apresentada da seguinte forma:

	Extrato	Razão Analítico
Saldos em 31/12/2009	1.320,00	1.440,00
Recebimento de Duplicatas não contabilizadas		(120,00)
Saldos Ajustados	1.320,00	1.320,00

32

O programa de auditoria para as disponibilidades assume grande importância, já que se destina a apurar se realmente existem todas as disponibilidades mencionadas no balanço e também se existem todas as que deveriam existir. Assinale a alternativa CORRETA sobre os procedimentos recomendados nessa área.

- A O auditor deverá atentar para as operações incomuns que surjam durante o exame e pesquisará sua origem, até que um esclarecimento satisfatório seja obtido.
- B As operações subsequentes devem ser integralmente desprezadas, em função de um corte obrigatório a ser estabelecido, coincidindo com a data do encerramento do período contábil.
- C O auditor deve exigir a confirmação direta dos bancos, mediante correspondência dirigida ao próprio auditor.
- D A contagem de valores deve ser sempre programada, nunca de surpresa, devendo ser feita sem a presença do responsável pelo caixa.
- E As conciliações devem ser realizadas pela área responsável e não devem ser revisadas pelos auditores, que deverão apenas se certificar dos seus resultados.

33

Considere o que se afirma sobre a técnica de amostragem.

- I - O auditor deve fazer uso de estimativa independente para isentar-se da responsabilidade de avaliação da estimativa preparada pela administração.
- II - Nas alternativas de escolhas da amostra, um dos tipos a ser considerado é a seleção casual, a critério do auditor, baseando-se em sua experiência profissional.
- III - Na determinação da amostra, o auditor não deve levar em consideração o valor dos itens da amostra.
- IV - Quando da aplicação da técnica de amostragem estatística em testes substantivos, quanto menor o tamanho da amostra maior será a taxa de desvio aceitável.

Está(ão) correta(s)

- A apenas I.
- B apenas I e IV.
- C apenas II e III.
- D apenas I, II e III.
- E apenas II, III e IV.

34

Marque verdadeiro (V) ou falso (F) em cada afirmativa sobre as finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

- ( ) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- ( ) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- ( ) Exercer o controle somente das operações de crédito da União.

A sequência correta é

- A F - V - V.
- B F - V - F.
- C V - F - V.
- D V - F - F.
- E F - F - V.

35

O controle externo deve ser exercido em uma instância que esteja fora do ambiente do ente fiscalizado. No setor público, o controle externo será exercido pelo

- (A) Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União ou órgão equivalente.
- (B) Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.
- (C) Poder Legislativo e pelo Poder Executivo.
- (D) Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- (E) Poder Executivo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União ou órgão equivalente.

36

De quem é a responsabilidade na emissão de um parecer modificado em função do resultado do trabalho de um especialista identificado no parecer do auditor independente?

- (A) É uma responsabilidade compartilhada entre o auditor e o especialista contratado pelo auditor.
- (B) Considera-se responsabilidade da administração que contratou o especialista para execução do trabalho.
- (C) É responsabilidade exclusiva do auditor independente, mesmo se contratado pela administração.
- (D) É responsabilidade do auditor, exceto pela alteração resultante do trabalho do especialista.
- (E) Considera-se uma responsabilidade compartilhada entre o auditor e o especialista contratado pela administração.

37

Considerando os órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, marque verdadeiro (V) ou falso (F) em cada alternativa.

- ( ) A Controladoria-Geral da União é o órgão setorial incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema.
- ( ) As Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa são consideradas como órgãos setoriais.
- ( ) As unidades de controle interno dos comandos militares são consideradas unidades setoriais da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa.
- ( ) As Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa são considerados órgãos centrais.

A sequência correta é

- (A) F - V - V - F.
- (B) V - V - F - F.
- (C) V - F - V - V.
- (D) F - V - F - F.
- (E) F - F - F - V.

38

Embora o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha tido sua competência ampliada pela Constituição Federal de 1988, abrangendo, inclusive, a apreciação das contas do Presidente da República, a sua atuação NÃO compreende a (o)

- (A) fiscalização da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- (B) fiscalização das contas nacionais e das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (C) julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal e as contas daqueles que derem causa e perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (D) apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

39

Os certificados de auditoria emitidos no processo de verificação de contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, subtração ou estrago de valores e bens materiais de propriedade da União ou responsabilidade da União podem ser:

- (A) de irregularidade, de regularidade de confirmação com nota.
- (B) de irregularidade, com ressalva e com parágrafo de ênfase.
- (C) de regularidade, sem ressalva e com nota explicativa.
- (D) de regularidade, de regularidade com nota e de irregularidade.
- (E) de regularidade, de regularidade com ressalva e de irregularidade.

40

Há uma forma de auditoria realizada com a participação de servidores não lotados nos órgãos e unidades dos Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, que desempenham atividades de auditoria em quaisquer instituições da Administração Pública Federal ou entidade privada. Essa modalidade de auditoria classifica-se como

- (A) simplificada.
- (B) direta.
- (C) centralizada.
- (D) integrada.
- (E) indireta.